

VIGIAR E POSTAR: A MONOGAMIA COMO DISPOSITIVO DIGITAL DE PODER

DISCIPLINE AND POST: MONOGAMY AS A DIGITAL APPARATUS OF POWER

Laura Colli Gon¹
Luciana Carmona Garcia²

Resumo: Este artigo realiza uma análise discursiva da monogamia cisgênero e heterossexual, utilizando postagens no Instagram como objeto de estudo. A relevância dessa pesquisa se justifica pela identificação de uma lacuna nos estudos linguísticos e discursivos sobre o tema. Baseando-se em investigações que contestam a naturalidade dessa prática, argumentamos que a monogamia é uma construção social e discursiva, que fundamenta a análise das postagens na plataforma social. A abordagem teórica se apoia nos conceitos foucaultianos de análise discursiva (enunciado e formação discursiva) e identifica formações discursivas que sustentam a monogamia, como o casamento, o namoro, a exclusividade, o amor romântico, a fidelidade e a hierarquia nas relações. Em vez de buscar conclusões definitivas, nosso objetivo é iluminar de que maneira o discurso da monogamia nas redes sociais atua e reforça a construção e a perpetuação de um dispositivo de poder nas dinâmicas de gênero, tendo como cenário principal as redes sociais, em especial o Instagram.

Palavras-chave: Discurso. Monogamia. Relações de poder. Redes sociais. Instagram.

Abstract: This article conducts a discursive analysis of cisgender and heterosexual monogamy, using Instagram posts as the object of study. The relevance of this research is justified by the identification of a gap in linguistic and discursive studies on the subject. Building on investigations that challenge the naturalness of this practice, we argue that monogamy is a social and discursive construct, which underpins the analysis of posts on the social platform. The theoretical approach relies on Foucauldian concepts of discursive analysis (statement and discursive formation) and identifies discursive formations that sustain monogamy, such as marriage, dating, exclusivity, romantic love, fidelity, and hierarchy in relationships. Instead of seeking definitive conclusions, our goal is to illuminate how the discourse of monogamy on social networks operates and reinforces the construction and perpetuation of a dispositive.

Keywords: Discourse. Monogamy. Power relations. Social media. Instagram.

Introdução

A sociedade, de forma amplamente difundida e a partir de uma memória social cristalizada, associa o modelo monogâmico a uma representação de amor. Esse afeto, por sua vez, guiado por essa mesma memória, deve ser erotizado e manifestar-se por meio do vínculo entre um casal – predominantemente heterossexual – exigindo a partilha de todos os

¹ Mestra em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos. Doutoranda em Linguística na Universidade de Franca. E-mail: laucgon@gmail.com. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4192333755686587>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7800-5308>

² Doutora em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos. Professora permanente e atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Franca. E-mail: luciana.garcia@unifran.edu.br. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9059098295895752>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5280-4444>

aspectos da vida e encontrando, na construção de uma família (através do matrimônio e da procriação), um elemento central para validar a relação como autêntica e natural. Nesse contexto, estabelece-se um conjunto de regras, normas, comportamentos e leis que encarnam atitudes amorosas.

Podemos sustentar que o casamento, respaldado pelas instituições religiosa e jurídica, é o principal ícone das relações monogâmicas, já que é por meio dele que dois processos se concretizam: o primeiro, no âmbito jurídico, formaliza o enlace do casal de modo burocrático, vinculando bens e direitos aos cônjuges e herdeiros legais. O segundo origina-se da esfera religiosa, uma vez que, mediante o ritual do casamento perante a Deus e à Igreja, o homem e a mulher adquirem o status de união conjugal. Diante desse cenário, este estudo busca responder: como o discurso da monogamia nas postagens do Instagram atua na construção e perpetuação de dispositivos de poder nas dinâmicas de gênero?

As relações monogâmicas e sua exclusividade tanto física quanto emocional são frequentemente exibidas nas redes sociais, gerando a circulação de diversas materialidades discursivas, sobretudo no *Instagram*³. Essas manifestações não se restringem exclusivamente ao casamento, mas é nele que a norma monogâmica encontra um de seus alicerces, dado que essa cerimônia é, cultural e socialmente (segundo a ótica foucaultiana), idealizada como o sonho e meta vital de indivíduos globais.

A relevância social desta pesquisa reside na compreensão de como as redes sociais naturalizam práticas de controle afetivo, impactando diretamente as formas contemporâneas de relacionar-se e construir subjetividades. Especificamente, pretendemos: a) identificar as formações discursivas que sustentam a monogamia nas postagens analisadas; b) examinar como essas materialidades discursivas operam como dispositivos de poder; c) analisar as relações entre discurso monogâmico e controle dos corpos nas redes sociais.

Para abordar as problemáticas que a monogamia engloba, é primordial, inicialmente, defini-la como um sistema e investigar os discursos que a interpelam. Nesta pesquisa, recorreremos aos estudos de Barash e Lipton (2022) para uma análise sucinta do aspecto biológico desse modelo; aos de Engels (2016), para entender o surgimento da família monogâmica; aos de Lins (2017), para explorar o amor romântico, a posse e os ciúmes; aos

³ Rede social que permite aos usuários a interação e compartilhamento de fotos e vídeos.

de Vasallo (2022), para analisar a noção de unidade do casal; e, por último, aos de Foucault (2023a), para debater a moralidade e as relações de poder. Essas referências constituirão o fundamento para a análise discursiva das materialidades selecionadas.

1 Monogamia: uma construção histórica e política

É frequente ouvir, no contexto social, que a monogamia é “natural ao ser humano”, e é exatamente sobre essa premissa que Barash e Lipton (2022) apresentam estudos relevantes para entender os motivos pelos quais a suposta natureza inerente da monogamia à espécie humana tem sido tão debatida. Esses autores acreditam que os seres humanos não são intrinsecamente monógamos, mas que, na realidade, essa prática é influenciada sobretudo por fatores sociais, sociológicos e culturais desenvolvidos ao longo das vivências conjugais.

Esses pesquisadores adotam uma perspectiva baseada em critérios biológicos, pois “independente do que possamos ser, nós, seres humanos, somos criaturas biológicas” (Barash; Lipton, 2022, p.14), entendendo os aspectos da sexualidade humana como parte inerente da biologia evolutiva. Desse modo, identificam duas dimensões da monogamia: uma ligada ao aspecto sexual ou genético e outra vinculada ao aspecto social.

Na obra, verifica-se que não há evidências sólidas da biologia, primatologia ou antropologia que corroboram a ideia de que a monogamia seja “natural” ou “normal” para a espécie humana (Barash; Lipton, 2022). Pelo contrário, inúmeros indícios apontam que, historicamente, os seres humanos mantêm relações com múltiplos parceiros e vínculos sexuais plurais. Essa tendência se explica pela afirmação dos autores: “a espécie humana é preferencial e biologicamente poliginia, mas também predominantemente monógama e – quando as condições são favoráveis – intensamente adúltera” (Barash; Lipton, 2022, p. 269).

Conclui-se, portanto, que não existe um padrão universal de relacionamento aplicável à humanidade. As condutas e normas seguidas por indivíduos e comunidades refletem contextos e circunstâncias particulares (Barash; Lipton, 2022). A monogamia, comumente interpretada como inerente à espécie humana, não é um comportamento biológico inevitável.

Na verdade, é um constructo social, cuja adoção está diretamente ligada à ocorrência de adultério (Ryan; Jetha, 2010).

O adultério masculino é comumente legitimado por argumentos biológicos, políticos e sociais. Segundo teorias evolutivas, os homens teriam uma predisposição a buscar múltiplas parceiras para otimizar a reprodução, e o patriarcado sempre reforçou a tolerância ao comportamento sexual masculino, ao passo que as normas culturais relativizam suas transgressões (Hrdy, 1999). Contudo, o adultério não se restringe aos homens; mulheres também o praticam, mas sofrem maior estigmatização e censura social (Treas; Giesen, 2000), evidenciando a desigualdade de gênero nas repercussões do comportamento sexual.

Para além da dimensão biológica subjacente às relações conjugais, é crucial analisar o sistema monogâmico a partir das dinâmicas relacionais e culturais. Nesse sentido, ao estudar a história da monogamia, as contribuições de Engels (2016) destacam-se por sua relevância teórica.

O filósofo alemão, analisa a ideia de que a família é um fenômeno histórico e cultural, intimamente conectado aos meios de produção e à economia em diferentes épocas e locais, superando explicações puramente biológicas e situando-se em quadro mais amplo de organização social e cultural. Ao longo da história, desde a barbárie até os períodos posteriores marcados por diferentes formas de famílias, como as consanguíneas, punaluanas e sindiásmicas⁴, as relações humanas não eram baseadas em princípios monogâmicos.

O desenvolvimento das famílias sindiásmicas inaugurou a monogamia, caracterizada pela coabitação entre um homem e uma mulher, embora permitisse a poligamia masculina e infidelidades eventuais quando as condições materiais o possibilitavam. Em oposição a essa flexibilidade, exigia-se absoluta fidelidade das mulheres, com duras penalidades para casos de adultério. Essa mudança paradigmática ocorreu na passagem da barbárie média para a superior.

A monogamia estabeleceu-se como divisor de águas civilizatório (Engels, 2016), organizando uniões conjugais duradouras, porém desiguais. Os homens detinham

⁴ Engels relaciona a origem das famílias à necessidade de cuidado das crianças nos grupos primitivos, identificando as famílias consanguíneas como a primeira etapa, baseada em laços de sangue, casamentos coletivos e aceitação do incesto. As famílias punaluanas sucedem esse modelo, proibindo relações entre irmãos, mas mantendo casamentos grupais. Já as famílias sindiásmicas surgem no contexto patriarcal, consolidando-se como uma forma monogâmica de organização familiar.

prerrogativa para dissolver o casamento, enquanto as mulheres ficavam subjugadas à exclusividade obrigatória, consolidando o patriarcado. Esse arranjo não só reproduzia assimetrias de gênero, como legitimava a infidelidade masculina, contrastando com o rigor aplicado às mulheres. Dessa maneira, o modelo monogâmico operou historicamente como instrumento de dominação, alicerçado em estruturas sexistas e heteronormativas.

Sinteticamente, a monogamia atuou como sistema de opressão feminina, reproduzindo hierarquias de gênero no âmbito familiar. Conforme demonstra Engels (2016) através de investigações histórico-sociológicas, a fidelidade era exigida apenas das mulheres, enquanto a sociedade patriarcal e heteronormativa naturalizava a infidelidade masculina. Essa constatação corrobora a tese de Barash e Lipton (2022) sobre a propensão à infidelidade nas sociedades monogâmicas quando as circunstâncias o permitem.

Nessa perspectiva histórica, evidencia-se que a supremacia masculina legitimou a infidelidade dos homens. Esse quadro resultou da complexa interação entre estruturas familiares e sistemas produtivos, especialmente no que concerne à transmissão de patrimônio, à propriedade privada e aos valores machistas enraizados. Logo, a imposição da monogamia revela-se historicamente como estratégia para garantir a legitimidade dos herdeiros, particularmente através do controle da sexualidade feminina.

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. (Engels, 2016, p. 70).

As origens da monogamia distanciam-se radicalmente da concepção amorosa (seja romântica ou sexual) difundida pelos contos de fada no imaginário coletivo, assim como não encontram respaldo na biologia humana, conforme demonstrado anteriormente. Sua função primordial revela-se, antes, como instrumento de controle e subjugação nas relações desiguais entre gêneros.

Diante dessa análise, torna-se evidente que a monogamia não emana de uma suposta natureza humana. Contudo, alternativas relacionais permanecem marginalizadas no tecido social - seja por repúdio moral ou invisibilização. Estamos imersos em um sistema que

impõe, de maneira implícita e naturalizada, um código normativo de convivência afetiva, onde questionamentos sobre a exclusividade integral (afetiva, sexual, emocional e financeira) ao longo da vida são sistematicamente desencorajados.

2 Monogamia e matrimônio: a construção social do casamento

Segundo Brigitte Vasallo (2022), o sistema monogâmico fundamenta-se em uma tríade essencial: amor, casal e monogamia heterossexual e reprodutiva. Nesse contexto, o amor emerge como elemento-chave – um sentimento que, tanto na origem da família monogâmica quanto nas condições biológicas anteriormente discutidas – não se vincula necessariamente à exigência de exclusividade com um único parceiro, sendo antes uma construção sociocultural

A reflexão sobre as relações conjugais não é recente. Ao examinar a Antiguidade greco-romana, Foucault (2023a) identifica diversas práticas de autoconhecimento sexual que permitiam compreendê-la fora de um sistema de obediência ou disciplinamento padronizado. O filósofo destaca que, nesse período, não existia um conceito unificado de sexualidade ou mesmo da carne, mas sim de atos denominados *aphrodisia*.

Os *aphrodisia* constituíam objeto de reflexão ética na antiguidade, porém devem ser compreendidos dentro dos padrões morais vigentes. A moralidade apresentava dualidade: funcionava simultaneamente como código normativo para instituições (escola, família, igreja) e como referencial para a conduta individual – incluindo a internalização, adaptação ou contestação dessas normas. Essa dimensão prática, denominada por Foucault (2023a) como “moralidade dos comportamentos”, revela a intrincada relação entre estruturas normativas e ações cotidianas, demonstrando que a moral transcende a simples obediência para abarcar negociações, resistências e ressignificações.

Foucault (2023a) sustenta que, embora a moral regule comportamentos e forme subjetividades, esses aspectos mantêm relativa autonomia. Enquanto sistema normativo, a moral orienta e controla ações individuais em determinado contexto social, ao mesmo tempo que influencia a construção subjetiva, moldando auto percepções e posicionamentos no mundo. Contudo, essa relação não é linear, havendo permanente tensão entre normas

externas e suas apropriações individuais – o que permite negociações, contestações e subversões, evidenciando a fluidez das práticas morais.

Em determinadas sociedades, predominavam códigos comportamentais nos quais a formação subjetiva seguia parâmetros legais, baseando-se na obediência para evitar sanções (Foucault, 2023a). Outras culturas privilegiavam práticas individuais e processos de subjetivação moral. Nesse quadro, os *aphrodisia* relacionavam-se mais à busca do prazer do que à imposição de regras, expressando como cada pessoa administrava sua sexualidade, fazia escolhas e atribuía significado a essas práticas

Ao analisar a Retórica de Aristóteles e Platão, Foucault compreende que a moral dos *aphrodisia* podia ser justificada como ordem natural, onde o ato sexual era visto como impulso humano intrínseco, destituído de conotações negativas. Retomando Barash e Lipton (2022), podemos estabelecer um paralelo: se a atividade sexual é natural aos humanos, a manutenção de um único parceiro constitui uma construção histórico-social.

É crucial ressaltar que “uma moral de homens, feita pelos e para os homens” (Foucault, 2023a, p. 60) elabora princípios éticos que não consideram os prazeres como inerentemente prejudiciais. Nessa ótica, tanto o ato sexual quanto o prazer não são moralmente reprováveis, mas sim naturais e fundamentais, vinculados à reprodução e perpetuação da espécie. Dessa forma, essa moral não só naturaliza a sexualidade, como também a valoriza, distanciando-se de perspectivas repressoras ou estigmatizantes.

Nessa perspectiva, as análises de Candiotto (2015) sobre o curso *Subjectivité et vérité* revelam-se particularmente relevantes. Segundo a autora, a avaliação ética dos *aphrodisia* levou, inicialmente, à categorização dos comportamentos sexuais como aceitáveis ou inaceitáveis, baseada na distinção entre igualdade e diferença nas interações sociais; e, posteriormente, à idealização do matrimônio como expressão máxima de igualdade.

Candiotto (2015) ressalta que, para Foucault, esse processo histórico de análise dos *aphrodisia* rumo ao casamento teve como principal consequência a intensificação de discursos normativos sobre sexualidade e matrimônio. Embora apresentados como verdades absolutas, tais discursos frequentemente divergiam das experiências reais. Nesse cenário, as normas passaram a restringir a sexualidade à reprodução, permitida apenas no matrimônio - onde os papéis de gênero incorporaram uma ética de afeto mútuo e amizade, visando à

durabilidade conjugal. Essa transformação gerou, no âmbito dos *aphrodisia*, novas formas de relacionamento afetivo, enfatizando a fidelidade como pilar das relações estáveis.

3 Dispositivos de poder e formações discursivas: análise das materialidades do Instagram

Conforme Foucault (2023b), a importância da união conjugal e da parceria, aliado a uma certa mudança na distribuição dos papéis políticos, poderia ter levado a uma reflexão distinta sobre si na moral anteriormente predominante masculina. Ao invés de se retraírem, os indivíduos poderiam ter adotado uma nova abordagem para refletir sobre a relação com as mulheres, com os outros, com os eventos e com as atividades cívicas e políticas, bem como uma nova forma de se perceberem como protagonistas de suas próprias alegrias.

Segundo Veyne (2009), essa compreensão do matrimônio buscava fundamentar as instituições, uma vez que o matrimônio existe e sua duração se estende para além da obrigação de gerar filhos, devendo, portanto, possuir um propósito adicional. Ao unir dois indivíduos racionais, marido e mulher, em coabitação ao longo da vida, o casamento configura-se, na verdade, como uma forma de amizade, uma afeição duradoura entre duas pessoas de bem, que se amam unicamente com o propósito de perpetuar a espécie. Em resumo, a nova moral pretendia impor regras racionais a indivíduos racionais; incapaz de questionar as instituições, sua tarefa era encontrar um fundamento igualmente racional para o casamento. Essa combinação de boa vontade e acomodação deu origem ao mito do “casal feliz”.

O status feminino conquistou maior independência em comparação à antiguidade, com avanços na independência feminina (Foucault, 2023b). O casamento passou a ser baseado no consentimento mútuo e, embora desigualdades persistissem, foram atenuadas. Antes vistos como meros arranjos familiares, os matrimônios tornaram-se práticas formalizadas e reconhecidas na era greco-romana, refletindo a valorização do vínculo conjugal como uma escolha individual. Nessa condição, o casamento tornou-se cada vez mais difundido como prática, mais público como instituição e mais privado como modo de existência, fortalecendo os laços entre os cônjuges e, ao mesmo tempo, isolando o casal das demais relações sociais.

A separação do par monogâmico é um efeito direto da hierarquia afetiva que privilegia a relação a dois. Nesse modelo, espera-se que os parceiros atendam a todas as necessidades emocionais e sociais um do outro, marginalizando outras formas de vínculo, como amizades ou relações familiares. Essa dinâmica não só gera dependência mútua, mas também reforça a exclusividade como norma inquestionável. Como aponta Vasallo (2022) a exclusividade sexual serve como marca hierárquica, legitimando apenas um tipo de relação em detrimento de outras.

Desse modo, o modelo monogâmico engloba diversas formas de vínculos emocionais, e, embora não seja explicitamente reconhecido, outras conexões, como as de amizade e familiares, são frequentemente relegadas a um plano secundário. Essas relações não são vistas como equivalentes ao amor romântico, mesmo que também envolvam a possibilidade de se desenvolver sentimentos profundos por outras pessoas, desde que tais sentimentos permaneçam no campo da idealização e não se concretizem no plano físico ou corporal. Desse modo, a monogamia, ao priorizar o vínculo amoroso-sexual como central, acaba por marginalizar outras formas de afeto, que, embora significativas, são consideradas inferiores ou complementares dentro desse sistema.

Logo, o elemento definidor da monogamia não reside na exclusividade, mas a importância do casal frente às amantes ou aos outros amores. A hierarquia de uns afetos sobre os outros. A exclusividade sexual serve como marca hierárquica. Pode haver outras relações sexuais, mas apenas uma recebe apoio social, apenas uma está certificada como correta, apropriada. A exclusividade sexual é um compromisso simbólico, é o pagamento que se faz para adquirir essa legitimidade: não vou dormir com mais ninguém, mas, em troca, nosso relacionamento será superior aos demais (Vasallo, 2022).

A restrição emocional do par pode ser identificada em materialidades discursivas. Neste estudo, valemo-nos da rede social *Instagram* como a plataforma de circulação de discursos escolhida para coleta do *corpus* que será analisado. No entanto, antes de partimos para as análises, faz-se necessário retomar alguns conceitos teórico-linguísticos que utilizamos nesta pesquisa. Embora os estudos de Foucault não tenham os estudos da língua como o principal objetivo, acreditamos que sua contribuição para os estudos linguísticos

também seja irrefutável, assim, para nossas análises, partiremos das noções de *enunciado* e de *formação discursiva*.

O *enunciado*, para Foucault, não se encaixa no mesmo padrão da frase, proposição ou ato de linguagem, não segue as mesmas diretrizes, mas também não pode ser considerado uma entidade como um objeto material, com limites definidos e independência própria. Em sua singularidade (nem totalmente linguística, nem exclusivamente material), ela é essencial para determinar se há uma frase, proposição ou ato de linguagem e para avaliar se a frase está correta (ou aceitável, ou passível de interpretação), se a proposição é válida e bem formulada, se o ato está conforme as exigências e foi completamente executado (Foucault, 2008).

Segundo o filósofo, o enunciado não é uma estrutura fixa, mas uma função de existência dos signos, que permite determinar seu sentido, regras de organização e atos realizados ao ser formulado. Sua unidade não é estrutural, mas resulta da interseção entre linguagem, conhecimento e poder, configurando-se como um evento discursivo que se concretiza no tempo e no espaço.

Quanto ao conceito de formação discursiva à *formação discursiva*, Foucault (2008) diz que não desenvolveu esse conceito para entender como os discursos são estruturados e como eles funcionam em um momento histórico e social específico. Uma formação discursiva é um conjunto de regras anônimas e históricas que governam a produção, circulação e funcionamento dos enunciados de um determinado campo do saber. Em outras palavras, é o que possibilita a existência de discursos sobre um dado tema em uma determinada época.

Assim sendo, descrever os enunciados, sua função e condições de manifestação permite identificar a formação discursiva, compreendida como o sistema enunciativo que orienta um conjunto de performances verbais, sem determiná-las isoladamente, pois estas também se vinculam a sistemas lógico, linguístico e psicológico. Em síntese, a formação discursiva regula a produção de enunciados dentro de um campo de saber, articulando relações entre saber e poder e explicando a emergência e a predominância de certos discursos em cenários históricos específicos.

Para este artigo, a coleta do *corpus* foi realizada entre maio e julho de 2024, período que concentrou materialidades discursivas significativas sobre o tema na plataforma Instagram. O *corpus* foi constituído mediante observação sistemática de postagens sobre relacionamentos monogâmicos, priorizando-se aquelas que apresentavam alta circulação e engajamento, indicadores de ressonância social dos discursos veiculados. As duas postagens selecionadas foram escolhidas por critérios específicos: a primeira, da página @memestwitter, por exemplificar de forma paradigmática a formação discursiva do controle digital como expressão amorosa, mobilizando o conceito de “educação positiva” de maneira irônica para naturalizar práticas de vigilância; a segunda, da página @wendellcarvalho, por materializar de modo emblemático a formação discursiva da desconfiança sistemática nas relações intergêneros, estabelecendo interdições explícitas sobre amizades heterossexuais. Ambas as materialidades constituem amostras representativas de discursos recorrentes identificados durante o período de observação, funcionando como enunciados-tipo que condensam regularidades discursivas mais amplas sobre monogamia nas redes sociais.

A análise envolveu a identificação de regularidades enunciativas e a caracterização das formações discursivas presentes, interpretando como estas produzem efeitos de poder e subjetivação, à luz do referencial teórico foucaultiano. A identificação das formações discursivas seguiu os critérios foucaultianos de regularidade enunciativa, dispersão temática e articulação com dispositivos de poder-saber, permitindo mapear como os enunciados se organizam em torno de objetos discursivos específicos.

Com base nos conceitos de enunciado e formação discursiva estabelecidos, procederemos à análise das materialidades discursivas selecionadas. A imagem a seguir é uma publicação do dia 12/07/2024 feita pela página @memestwitter, sendo ela um recorte de uma publicação da rede social X (antigo Twitter) onde uma usuária, identificada como “Santana” (@ligiabsant), faz uma postagem com o texto “educação positiva”, seguido de um *emoji* de coração verde. Abaixo, há uma sequência de mensagens que parece ser uma conversa no WhatsApp. Na conversa, ocorre o seguinte diálogo: “vou testar educação positiva em vc” com a pessoa com quem está conversando. Em seguida, há três mensagens cujo conteúdo foi pago, no entanto, a pessoa que iniciou a conversa diz: “vc prefere bloquear todas as mulheres das suas redes sociais ou excluir a sua conta de todas as redes??”.

(Imagem 1: publicação da página @memestwitter de 02/07/2024)



Fonte: Instagram

Esta materialidade discursiva opera como um enunciado que revela uma formação discursiva sobre relações afetivas contemporâneas, articulando ironicamente o conceito de “educação positiva” a uma dinâmica de controle. A pergunta “prefere bloquear todas as mulheres ou excluir sua conta?” expõe uma lógica de posse e vigilância, que Foucault (1979) associa às relações de poder que permeiam os corpos e os afetos. Nas palavras do autor: “O poder não se possui, se exerce em rede” (Foucault, 1979, p. 89), o que se materializa aqui na tentativa de regulação do outro via redes sociais.

Para compreender melhor o contexto em que essa dinâmica de controle se insere, faz-se necessária uma breve explanação sobre o conceito de amor romântico. Para isso, apoiamos nos estudos da psicanalista Regina Navarro Lins (2017), que questiona a compreensão tradicional desse conceito. A crítica ao amor romântico não equivale a uma crítica ao amor em si, mas sim a uma defesa do ser humano. Como este está inserido em um momento histórico-social e possui a capacidade de desenvolver afetos, não necessariamente amará a mesma pessoa da mesma maneira ao longo do tempo. Isso ocorre porque o amor é uma construção histórica e social, suscetível a variações em sua forma. No entanto, ao tratar especificamente do amor romântico, a autora afirma:

As características do amor romântico me parecem bastante claras: você idealiza a pessoa amada e projeta tudo o que gostaria que ela fosse. Atribui a ela características de personalidade que na verdade não possui. Não se relaciona com a pessoa real, mas com a inventada de acordo com as próprias necessidades. Por isso, esse tipo de amor não resiste à convivência diária do casamento, cuja excessiva intimidade torna obrigatório enxergar o parceiro como ele é e, não deixando espaço para que esse amor possa se sustentar. O desencanto é inevitável, trazendo, além do tédio, sofrimento e a sensação de ter sido enganado. (Lins, 2017, p.23-24)

Lins defende que o desapontamento em relação ao próximo se dá porque o amor romântico traz em sua concepção um conjunto de valores, crenças e expectativas que temos em relação ao outro e também ao relacionamento que pretendemos construir. Assim, as expectativas de um namoro são muitas, incluindo a de casar com aquela pessoa e perpetuar o ciclo da monogamia, mesmo que essa perpetuação, por vezes, não se dê de maneira clara ou consciente porque isso não é dito, mas é o que Vasallo diz ser um jogo:

A monogamia é atualmente sinônimo de amor (uma forma romântica e sexualizada de amor “autêntico”) e de casal, que é a construção prática que se entende como “natural” desse amor “autêntico”. O que chamamos de monogamia é o sistema invisível no qual o jogo do amor é jogado, o tabuleiro. Tanto é assim que não é nomeado: é dado sem questionamentos. Que elementos contém esse tabuleiro no qual os casais jogam? Como espinha dorsal estão a romantização do vínculo, o compromisso sexual, a exclusividade e o futuro reprodutivo, que assombra como um fantasma os amores e os casais. Para fixá-los em uma rota específica, instalou-se uma série de práticas de convivência e dependência, também econômica, que dão substância material à construção amorosa. (Vasallo, 2022, p.31 aspas do autor).

Esta concepção do amor como jogo com regras implícitas encontra reflexos na prática social, onde a teoria de Lins (2017) complementa essa análise ao discutir como o amor romântico tradicional naturaliza o ciúme como prova de afeto. Essa narrativa sustenta a noção do casal como uma entidade de propriedade privada, uma perspectiva que Vasallo (2022) questiona ao argumentar que a monogamia compulsória é um regime político que restringe as possibilidades afetivas. Além disso, ao subverter o conceito de “educação positiva” – originalmente associado a métodos não violentos – transformando-o em uma prática coercitiva, o texto expõe a violência simbólica presente nessas expectativas sociais.

Ampliando a perspectiva histórica desta formação discursiva, o post também ecoa a genealogia foucaultiana da sexualidade, que mostra como os discursos sobre afetos são dispositivos de controle. A piada só faz sentido porque mobiliza um imaginário social que normaliza a exclusão do outro como solução para inseguranças – prática que Foucault (2023b) vinculava à moralidade sexual cristã, agora atualizada nas redes digitais. Vasallo (2022) acrescenta que essa lógica reforça a unidade do casal como entidade fechada, anulando autonomias.

Outro aspecto significativo nessa materialidade discursiva é como a generalização presente na menção a “todas as mulheres” – em contraste com a referência a um indivíduo específico – revela um discurso que naturaliza a posse afetiva como extensão das relações de gênero, processo que Lins (2017) associa à romantização da exclusividade. Foucault (2008) fundamenta essa análise afirmando todo enunciado pertence a uma formação discursiva que condiciona seu sentido, princípio que explica por que o humor do meme opera: ele ressoa uma norma social hegemônica que equipara amor a controle. Essa mesma formação discursiva sustenta a noção de que o casal deve funcionar como entidade exclusiva e autorreferente – dinâmica que transforma a exclusividade em mecanismo de exclusão, relegando outros vínculos (como amizades) à marginalidade afetiva (Vasallo, 2022).

Em uma perspectiva mais estrutural, a materialidade discursiva da instituição conjugal revela-se, assim, atravessada por eixos interdependentes – namoro, fidelidade, hierarquia relacional – que conjuram “tecnologias do eu”, moldando subjetividades a partir de dispositivos históricos de poder-sexualidade (Foucault, 2023a). Desse modo, a materialidade discursiva analisada funciona como sintoma de uma episteme que ancora as relações afetivas em regimes de verdade calcados na posse, demonstrando como formações discursivas aparentemente distintas (humor digital e moral sexual) convergem para reproduzir estruturas de controle.

É importante ressaltar que essa convergência não é estática. Isso é possível porque os discursos podem sim ser subdivididos já que não são entidades fixas, mas processos dinâmicos que se ramificam e se transformam conforme interação com diferentes conjunções históricas, sociais e culturais (Foucault, 2008). Essa ramificação reflete a

complexidade e a multiplicidade dos discursos, que não seguem uma linha linear ou unidimensional, mas se desdobram em várias direções.

Essa raridade dos enunciados, a forma lacunar e retalhada do campo enunciativo, o fato de que poucas coisas, em suma, podem ser ditas, explicam que os enunciados não sejam, como o ar que respiramos, uma transparência infinita; mas sim coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, e das quais procuramos nos apropriar; que repetimos, reproduzimos e transformamos; para as quais preparamos circuitos preestabelecidos e às quais damos uma posição dentro da instituição; coisas que são desdobradas não apenas pela cópia ou pela tradução, mas pela exegese, pelo comentário e pela proliferação interna do sentido. Por serem raros os enunciados, recolhemo-los em totalidades que os unificam e multiplicamos os sentidos que habitam cada um deles. (Foucault, 2008, p. 141)

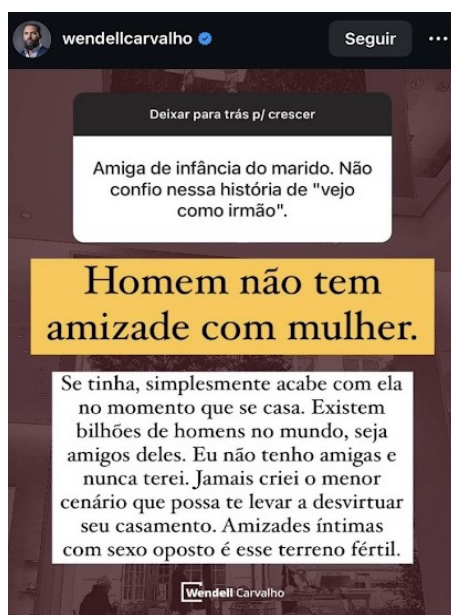
Considerando estas reflexões sobre as formações discursivas que permeiam as relações afetivas contemporâneas, podemos compreender como a materialidade discursiva analisada, extraída da página @memestwitter, representa um nó significativo onde se entrelaçam poder, discurso e subjetividade. A ironia presente na suposta “educação positiva” revela como as redes sociais tornaram-se novo território para a reprodução e atualização de dispositivos de controle que, embora tenham raízes históricas na moral sexual cristã identificada por Foucault, ganham novas configurações na era digital. O enunciado analisado constitui, portanto, uma expressão contemporânea de como as relações de poder continuam a moldar os afetos através de formações discursivas que naturalizam a exclusividade, a desconfiança e a vigilância como elementos intrínsecos ao amor, consolidando a estrutura política da monogamia compulsória

A dimensão corporal desse controle manifesta-se de forma particularmente evidente na proposta de “bloquear todas as mulheres”, que transcende o âmbito digital para incidir diretamente sobre os corpos e suas possibilidades de circulação social. Essa materialidade discursiva opera o que Foucault (1979) denominou “anatomopolítica”, exercendo poder disciplinar sobre os corpos individuais através da regulação de suas interações e movimentos. A exigência de isolamento digital funciona como precursora do isolamento físico, restringindo não apenas as redes sociais virtuais, mas também as redes de sociabilidade corporais. Nesse sentido, o controle discursivo das plataformas digitais

converte-se em tecnologia de disciplinamento dos corpos, determinando com quem, onde e como os sujeitos podem estabelecer contatos físicos e afetivos.

A segunda materialidade discursiva que analisaremos foi extraída da página do usuário @wendellcarvalho no dia 06/05/2024.

Imagem 2: publicação da página @perrengue_chique de 02/06/2023



Fonte: Instagram

No topo da postagem, há um caixa⁵ com o dizer “Deixar para trás p/ crescer” e o comentário “Amiga de infância do marido. Não confio nessa história de ‘vejo como irmão’”. Abaixo, está uma declaração em destaque: “Homem não tem amizade com mulher”, apresentada em letras grandes e em um fundo amarelo, o que chama a atenção. O texto que segue diz o seguinte: “Se tinha, simplesmente acabe com ela no momento que se casa. Existem bilhões de homens no mundo, seja amigos [sic] deles. Eu não tenho amigas e nunca

⁵ O recurso de caixa de perguntas do Instagram configura-se como uma funcionalidade interativa integrada à estrutura dos Stories. Este dispositivo digital possibilita a comunicação diádica assíncrona, permitindo que os usuários submetam questionamentos e recebam respostas de forma ágil. Como componente relevante da arquitetura participativa do Instagram, tal ferramenta tem sido amplamente incorporada por entidades comerciais, influenciadores digitais e usuários em geral, funcionando como mecanismo para engajamento de audiência e interação interpessoal

tereí. Jamais criei [*sic*]⁶ o menos cenário que possa te levar a desvirtuar seu casamento. Amizades íntimas com o sexo oposto é esse terreno fértil”.

A materialidade discursiva analisada revela três formações discursivas principais que sustentam a monogamia compulsória no contexto digital. A primeira, e mais evidente, é a formação discursiva da desconfiança sistemática, que se manifesta na afirmação “Homem não tem amizade com mulher”. Esta proposição, apresentada como verdade auto evidente, constitui um pré-construído (Pêcheux, 1997) que sexualiza obrigatoriamente todas as relações intergêneros, operando o que Vasallo (2022) denomina “polícia monogâmica”, mecanismo que naturaliza a suspeita como fundamento das relações afetivas.

Aprofundando essa formação discursiva da desconfiança, a exigência de rompimento de vínculos em “simplesmente acabe com ela no momento que se casa”, revela a operação do que Foucault (1979) denominou tecnologias de poder, que atuam não apenas através da coerção, mas principalmente pela produção de subjetividades dóceis. Como observa Lins (2017), essa postura decorre da romantização do ciúme, transformado em prova de amor quando, na realidade, constitui expressão de posse. O argumento de que “amizades íntimas com sexo oposto são terreno fértil” para a infidelidade demonstra como essa formação discursiva se sustenta na sexualização compulsória analisada por Vasallo (2022), que desnaturaliza a suposta inevitabilidade biológica dessa dinâmica.

Além da desconfiança sistemática, a segunda formação discursiva identificada é a hierarquização afetiva, expressa na máxima “bilhões de homens no mundo, seja amigos[*sic*] deles”. Esta construção estabelece uma pirâmide de legitimidade dos vínculos, onde relações amorosas são valorizadas em detrimento de outras configurações afetivas. Como analisa Foucault (2023b), tal hierarquia funciona como tecnologia de subjetivação, produzindo sujeitos que internalizam esta ordem como natural. Vasallo (2022) complementa ao demonstrar como esta formação discursiva sustenta o que denomina “ditadura do casal”, sistema que marginaliza qualquer afeto que escape à lógica conjugal hegemônica.

Complementando as duas formações anteriores, a terceira formação discursiva presente é a autovigilância como virtude, materializada na declaração “jamais criei[*sic*] o

⁶ Acreditamos que aqui haja um erro de digitação e a forma verbal seja “crie”, no imperativo, uma vez que o autor do texto está se referindo a quem lê. Isso é compreendido por “te leve” e “seu casamento”.

menor cenário...”. Esta construção articula-se ao que Foucault (1979) identificou como microfísica do poder, onde o controle social é internalizado e transformado em autodisciplina. Podemos analisar essa formação discursiva a partir do que Lins (2017) denomina “síndrome do guarda-noturno”, onde a constante vigilância de si e do outro é romantizada como prova de compromisso amoroso, obscurecendo seu caráter opressivo. A naturalização da desconfiança em “não confio nessa história” revela como essa formação discursiva se sustenta no que Lins (2017) identifica como insegurança estrutural do amor romântico.

Na análise integrada destas três formações discursivas, observa-se que estas não atuam isoladamente, mas se entrelaçam num regime de verdade (Foucault, 2008) que naturaliza a exclusividade afetiva como única forma legítima de relação. O post analisado demonstra como estas formações, embora tenham raízes históricas na moral sexual cristã (Foucault, 2023a), readaptam-se ao ambiente digital, onde encontram novo terreno para reprodução e disseminação. A insistência na ruptura de vínculos (“simplesmente acabe com ela”) revela como estas formações operam através do que Pêcheux (1997) chamou de esquecimento número um - o apagamento do caráter construído e arbitrário destas normas, apresentadas como naturais e inevitáveis.

Em síntese, o post analisado constitui, portanto, um artefato discursivo onde confluem poder (a vigilância como prova de amor), verdade (a amizade intergêneros como impossibilidade) e subjetividade (a autodisciplina como performance afetiva), atualizando nas redes sociais um dispositivo cujas raízes remontam à moral sexual cristã analisada por Foucault (2023a), mas que assume novas roupagens no contexto digital.

A materialidade corporal dessa formação discursiva evidencia-se na imposição de “jamais criar cenários” que possam “desvirtuar o casamento”, revelando como o discurso monogâmico opera uma biopolítica que governa não apenas as subjetividades, mas também a gestão dos corpos no espaço social. A proibição de “amizades íntimas com o sexo oposto” configura-se como dispositivo de controle que regulamenta a proximidade física, os gestos, os encontros e as formas de convivência corporal. Essa regulação discursiva produz o que Foucault (2023a) identificou como “corpos dóceis”, submetidos a uma disciplina que naturaliza a autovigilância corporal como virtude amorosa. Assim, a monogamia digital

estende-se para além das telas, inscrevendo-se nos corpos através de práticas de evitação, distanciamento e controle da gestualidade afetiva, demonstrando como os dispositivos de poder contemporâneos articulam de forma indivisível o virtual e o corporal

Conclusão

Em busca de (in)conclusões, este artigo demonstrou como a monogamia – longe de ser um destino biológico ou uma expressão “natural” do amor – é um dispositivo de poder historicamente construído. As análises das postagens do Instagram revelaram que essa estrutura se mantém através de formações discursivas que naturalizam a exclusividade, a hierarquia afetiva e o controle sobre os corpos, como exemplificado na exigência de bloquear mulheres nas redes ou na divisão binária de contas em casais.

Se, por um lado, a monogamia surgiu como resposta a necessidades econômicas, por outro, sua perpetuação nas redes sociais mostra como ela se adapta aos novos contextos, reforçando a ilusão do amor romântico como única forma legítima de afeto. As materialidades analisadas comprovam que o discurso monogâmico não é estático: ele se reconfigura nas plataformas digitais, onde a vigilância mútua e a performatividade do casal se tornam novas estratégias de normatização.

As mídias sociais desempenham um papel fundamental e incontestável na maneira como nos relacionamos atualmente, criando suas próprias dinâmicas de flertes e relacionamentos. Podemos afirmar, sem hesitação, que acompanhamos, por meio dessas plataformas, namoros, casamentos, traições e divórcios diretamente nas telas de nossos celulares. Nesse sentido, a materialidade dos discursos monogâmicos disseminados nas redes sociais adquire grande relevância, mesmo quando extrapola o ambiente digital. Isso ocorre porque as mídias sociais não apenas veiculam esses discursos, mas também os colocam em circulação, reforçando continuamente os valores monogâmicos e nos deixando ainda mais subjetivados a esse sistema.

A análise das materialidades discursivas do Instagram revelou que o controle monogâmico opera uma articulação estratégica entre vigilância digital e disciplinamento corporal. As formações discursivas identificadas não se limitam ao ambiente virtual, mas se

estendem à regulação dos corpos, determinando suas possibilidades de circulação, proximidade e gestualidade afetiva. O imperativo de “bloquear mulheres” ou “acabar com amizades” configura-se como biopolítica que governa tanto as redes sociais quanto as redes corporais de sociabilidade.

Tal convergência entre o digital e o corporal demonstra como os dispositivos de poder se atualizam nas sociedades contemporâneas, utilizando as plataformas digitais não apenas como espaços de circulação discursiva, mas como tecnologias de produção de corpos monogâmicos disciplinados. A sexualização compulsória de todas as relações intergêneros, identificada nas análises, opera como mecanismo de controle que naturaliza a suspeita e justifica a restrição dos movimentos corporais, consolidando a monogamia como regime de verdade que se inscreve simultaneamente nas subjetividades e nos corpos.

Reconhecemos as limitações deste estudo, que se concentra em materialidades do Instagram sem abarcar outras redes sociais ou modalidades discursivas, constituindo um recorte específico que não esgota a complexidade dos discursos monogâmicos nas mídias digitais. Tais limitações, contudo, abrem possibilidades para futuras investigações que ampliem o corpus e diversifiquem as plataformas analisadas.

Longe de buscar a condenação do sistema monogâmico ou sugerir alternativas a ele o objetivo principal deste artigo é apontar a grande lacuna existente nos estudos linguísticos sobre esse tema e provocar uma reflexão crítica sobre como a monogamia vai além do sentimento de amor e nos submete a outras formações discursivas e relações de poder, as quais são frutos do patriarcado.

Este estudo não esgota o tema – até porque o sistema jurídico e as questões patrimoniais, entre outros fatores, exigiriam uma análise à parte – mas espera ter desnaturalizado a monogamia como único modelo possível. A originalidade desta pesquisa reside na articulação entre teoria foucaultiana e análise de redes sociais digitais, preenchendo lacuna nos estudos discursivos sobre afetividade contemporânea e demonstrando como dispositivos de poder se atualizam nas plataformas digitais. Ao expor suas raízes patriarcais e sua operação discursiva nas redes sociais, convidamos o leitor a questionar: que outras formas de amar poderiam florescer se desmontássemos esses dispositivos de controle?

Referências

- BARASH, D; LIPTON, J. E. *O Mito da Monogamia*. Tradução de Ryta Vinagre. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.
- CANDIOTTO, C. A emergência do homem de desejo: sobre o curso Subjectivité et vérité, de Michel Foucault. *Veritas*, Porto Alegre, v. 60, n. 2, p. 344-365. maio-agosto. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/veritas/article/view/22032/13734>. Acesso em: 04/07/2024
- ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. 2 ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2016.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. 12 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2023a.
- _____. *História da Sexualidade III: O cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. 10 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2023b.
- HRDY, S. B. *The woman that never evolved*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- LINS, R. N. *Novas formas de amar*. Nada vai ser como antes: grandes transformações nos relacionamentos amorosos. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.
- PECHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- RYAN, C.; JETHA, C. *Sex at dawn: how we mate, why we stray, and what it means for modern relationships*. New York: HarperCollins, 2010.
- TREAS, J.; GIESEN, D. Sexual infidelity among married and cohabiting americans. *Journal of Marriage and Family*, 62(1), 48-60, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.00048.x>. Acesso em: 07/02/2024
- VASALLO, B. *O desafio poliamoroso*. Por uma nova política dos afetos. 1 ed. São Paulo: Elefante, 2022.
- VEYNE, P. *História da vida privada: do império romano ao ano mil*. O império Romano. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.